

Collor quer corrigir distorções

DISCURSO DO
SENHOR PRESIDENTE DA
REPÚBLICA NO
LANÇAMENTO DO
PROGRAMA
NACIONAL DE ALFABETI-
ZAÇÃO E CIDADANIA

(Brasília, 11 de
setembro de 1990)

Reunimo-nos hoje para dar início ao efetivo cumprimento de um dos principais compromissos que assumi com a Nação: criar condições para um ensino básico moderno e para banir de uma vez por todas de nosso dia-a-dia a vergonha do analfabetismo.

Infelizmente, o Brasil nunca foi capaz de construir um sistema de educação que pudesse assegurar à maioria da população meios eficazes de conquista da plena cidadania. Nosso modelo educacional, com inúmeras distorções, contribuiu decisivamente para o agravamento dos contrastes sociais, para uma distância crescente entre as elites e o conjunto do País.

A história de nossa educação excluiu o povo e impediu nosso desenvolvimento integral. Não pode ir adiante um país em que vinte por cento da população com mais de quinze anos de idade não sabe ler e escrever, em que quarenta milhões de brasileiros adultos têm menos de quatro anos de escolaridade, em que oitenta milhões têm menos de sete anos. De cada cem crianças que ingressam na escola primária, apenas vinte e duas logram concluí-la, e um número menor ainda chega ao seguinte estágio de ensino. Muitos desses brasileiros, apesar da passagem pela escola, permanecerão analfabetos por toda a sua vida.

A trajetória das poucas nações que lograram sair do terceiro para o primeiro mundo

indica claramente que um elevado padrão educacional constitui requisito indispensável para a superação do subdesenvolvimento. O abismo que nos separa da realidade da educação naqueles países reflete a grandeza e a importância do desafio que temos de enfrentar para corrigir esse que é um dos mais graves defeitos da via trilhada pelo Brasil.

*“A história da
nossa educação
excluiu o
povo”*

As tarefas primordiais que temos hoje consistem precisamente na erradicação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental. O país que não investe nessas duas frentes arrisca-se a ver inevitavelmente comprometidos todos os seus esforços de desenvolvimento, pois é o capital humano que assegura a mobilização das potencialidades de uma nação.

A origem do analfabetismo pode ser encontrada no quadro sócio-econômico em que vivemos. Na distribuição de renda dramaticamente desigual e injusta. Mas o analfabetismo não é apenas consequência desse cenário lamentável, é também causa do atraso e obstáculo à mudança.

Precisamos aprimorar a democracia e sabemos que ela só se consolida onde as pessoas têm acesso à informação e ao

conhecimento; onde o homem dispõe dos meios necessários à formação de consciência crítica; onde o cidadão se sente habilitado a opinar e decidir sobre os diversos aspectos da vida nacional e internacional.

Senhoras e senhores, O programa nacional de alfabetização e cidadania não é um produto acabado que o governo entrega à sociedade. Trata-se de um projeto de mobilização do País para a vitória nessa guerra que nunca fomos capazes de vencer.

Lançamos agora uma estratégia que rejeita a cultura das dívidas do Estado e obedece a ideia democrática de quem muda a nação não é o governo, mas sim o povo. Vamos fazer um trabalho que leve em conta as especificidades de cada região, de cada estado e, por que não, de cada município. Vamos acabar com os procedimentos uniformes ditados de Brasília. Porque a realidade não é uniforme. Uniforme deve ser apenas a vontade de mudar, pois nenhum segmento da popula-

*“Acabar com
os procedimentos
uniformes ditados
de Brasília”*

ção brasileira pode sentir-se satisfeito com o que temos. Todos queremos um Brasil melhor, um Brasil novo.

O caminho do debate descentralizado, da concepção e execução de um programa ampla-

mente participativo, talvez não seja o mais fácil e muito menos o mais rápido. O passado deve ter-nos ensinado a desconfiar dos atalhos impostos que, com o argumento da urgência, nos fizeram andar para trás.

*“O município
será a
instância
prioritária”*

O caminho que escolhemos é o da democracia, e é nele que vamos permanecer.

O nosso programa de alfabetização será concebido, e depois avaliado, em assembleias municipais, estaduais e também em assembleia nacional. O município será a instância prioritária, pela proximidade com o indivíduo, pelo conhecimento mais direto das necessidades específicas e localizadas. Ao governo federal cabe convocar a participação solidária da Nação e trabalhar na compensação das disparidades e na otimização das relações institucionais e do emprego dos meios.

O programa já tem assegurados recursos suficientes, originados do Tesouro Nacional, do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação e do Banco Mundial.

Para se ter ideia da envergadura de nosso programa, convém registrar o comentário da direção-geral do Unesco, segundo o qual, pela abrangência de conceitos, pela dimensão do conjunto de beneficiários, e pe-

la perspectiva de continuidade no tempo, o programa brasileiro é o mais amplo projeto nacional no âmbito do esforço mundial de alfabetização em que está envolvida aquela organização.

Até o final do governo, é nossa meta reduzir em setenta por cento o contingente de analfabetos do País. Daremos assim um grande passo para o cumprimento da previsão constitucional de acabar com o analfabetismo e de universalizar o ensino fundamental até 1998. Precisamos atacar o problema essencial da educação no Brasil, que é o problema do ensino básico. Proporcionar um mínimo de oito anos de escolaridade aos nossos jovens constitui hoje um imperativo de sobrevivência social e econômica da Nação. Estaremos condenados à estagnação e ao atraso se não iniciarmos imediatamente

*“Teremos que
contar com
o engajamento
nacional”*

uma guerra total ao desconhecimento, uma guerra que modifique o perfil educacional da nossa gente, e que nos habilite a competir com sucesso no mundo além-fronteiras. Estamos começando pela erradicação do analfabetismo, e sabemos que há muito mais a fazer, se quisermos que esse esforço tenha consequências duradouras.

Para alcançarmos nossos ob-

jetivos, teremos de contar com a legitimidade e com a força provenientes do engajamento nacional. Teremos de revigorar a escola pública, providendo-lhe os instrumentos necessários ao desempenho de seu papel essencial e imprescindível. Teremos, ainda nessa ordem de máxima prioridade, de valorizar socialmente a missão do professor, daquele que se dedica, com abnegação e espírito humanista, ao preparo de nossas futuras gerações.

Senhoras e senhores, 1990 foi declarado o ano internacional da alfabetização. O mundo volta os olhos para a realização dessa tarefa vital à realização do homem.

No momento em que a democracia se generaliza como modelo político, em que a paz se afirma como regra da convivência entre os povos, em que o respeito ao meio ambiente se consagra como parâmetro do desenvolvimento, e em que a capacitação científica e tecnológica se destaca como fator determinante do progresso, a educação passa a ser uma base cada vez mais indispensável ao surgimento e consolidação de sociedades politicamente livres, economicamente avançadas e socialmente justas.

O Brasil está empenhado, com todas as suas energias, na cruzada pela modernização, pela prosperidade e pelo bem-estar. Mais do que nunca confiamos no futuro. Mais do que nunca acreditamos que iremos confirmar o nosso destino de grandeza, uma grandeza medida pela realização das mais legítimas aspirações de nossa gente, pela afirmação integral de suas melhores qualidades e pela participação mais intensa do Brasil na construção de um mundo de paz, bem-estar social, entendimento e solidariedade.